

IDENTIDADE E FORMAÇÃO NACIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS SOBRE A FORMAÇÃO DA NAÇÃO URUGUAIA

Carlos José Naujorks*

Resumo: Nas últimas décadas, os estudos sobre nação e nacionalismo têm acentuado os elementos históricos e subjetivos presentes no fenômeno, constituindo uma produção teórica extensa, coerente e articulada, formando um amplo modelo de análise. Nesse conjunto teórico, a categoria identidade tem aparecido como uma categoria de análise recorrente. A nação e o nacionalismo têm sido entendidos como um conjunto de sentimentos e significados coletivos, social e historicamente produzidos, sendo a identidade o que produz unidade e coerência a esses sentimentos. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a presença da categoria identidade nos estudos sobre formação nacional. Toma-se como objeto produções contemporâneas de historiadores que têm analisado o processo de formação da nação uruguaia. Além de evidenciar a presença da categoria identidade, pretende-se revelar os aspectos particulares e relevantes do conceito nesses trabalhos.

Palavras-chave: Identidade; Nacionalismo; Historiografia do Uruguai.

Abstract: Over the last decades, the studies about nation and nationalism have accentuated the historical and subjective elements present in the phenomenon, constituting an extensive theoretical production, articulated and coherent, forming a wide model for analysis. In this theoretical frame, the identity analysis category is appearing as a re-occurring category. The nation and nationalism are well understood as collective feelings and meanings, socially and historically produced, being the identity that produces the coherence and unity among these feelings. In this context, this work has as an objective to analyze the presence of the identity category on studies regarding national formation. Taken as an objective by the contemporary productions of historians that have been analyzing the process of the Uruguayan nation. Beyond the evidence of the presence of the identity category, its intended to reveal the particular and relevant aspects of the concept in this work.

Key-words: Identity; Nationalism; Uruguayan Historiography.

* Professor do Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul.
E-mail: naujorks@unisc.br

INTRODUÇÃO

A nação tem sido nos últimos dois séculos uma referência fundamental na organização política mundial, na formação de sentimentos comuns entre extensas populações, na produção de segurança, pertencimento e proteção para cada um e entre os indivíduos. A partir de movimentos nacionais, guerras de libertação foram e continuam sendo engendradas, manifestações por todo o mundo acontecem a todo o momento reivindicando autonomia política. Como uma construção moderna, a nação tornou-se tão importante que é praticamente impossível alguém não a ter como uma referência indissociável à própria identidade individual: “Um homem sem nação desafia as categorias reconhecidas e provoca repulsa.”¹

A nação, como um conjunto de símbolos afirmados por determinados grupos sociais e como sentimentos individuais e coletivos, é uma construção subjetiva, social e histórica. Os estudos sobre nação, nacionalidade e nacionalismos, têm procurado enfatizar esse caráter de produção histórica e social do fenômeno nacional. Ao fazer isso, dentre diversos conceitos, um que tem se tornado recorrente é o conceito “identidade”. Este trabalho procura evidenciar, nos estudos sobre nação e nacionalismo, a referência ao conceito identidade como um conceito chave, principalmente quando são enfatizados os aspectos subjetivos desses processos.

Neste trabalho, a análise é feita em dois momentos: o primeiro pretende, tendo como referência uma bibliografia específica sobre formação nacional, evidenciar os aspectos históricos e subjetivos dos processos de formação nacional e do nacionalismo; o segundo parte de estudos sobre os processos de formação da nação que tomam como referente empírico o Uruguai para apresentar uma problematização em torno do conceito identidade. Face à complexidade dos processos de formação nacional e à diversidade de autores que tem se dedicado ao tema, opta-se neste trabalho por uma restrição a autores que notadamente tem discutido a formação nacional tendo como um dos conceitos centrais a identidade, tais como Hobsbawm, Gellner, Anderson e Smith.² Discute-se com certa centralidade Smith, em função da importância que o tema identidade tem em sua obra. Além disso, a escolha como referente para a análise dos estudos sobre a formação da nação uruguaia justifica-se por dois motivos: primeiro, pelo caráter relativamente evidente e discreto dos referentes identitários presentes na formação da nação uruguaia (mito de origem, herói nacional, datas nacionais, referência étnica e territorial, etc.) e que são postos em relevo pelos autores que se dedicam ao tema; segundo, pela temática

ter sido objeto de estudo de pesquisadores brasileiros, o que tem produzido a partir disso um fecundo diálogo com historiadores uruguaia. Argumenta-se, neste trabalho, que os estudos sobre identidade e formação da nação uruguaia podem oferecer elementos que permitam uma reflexão sobre o uso da categoria identidade para os estudos dos processos de formação nacional. Assim, o que se propõe aqui é uma contribuição ao diálogo entre a literatura sobre formação nacional produzida a partir da história e as teorias da identidade, o que poderá ser útil tanto para os estudos sobre nação e nacionalismo quanto para o desenvolvimento da teoria da identidade.

A NAÇÃO COMO PROCESSO HISTÓRICO

Para se compreender o nacionalismo é necessário considerar as relações entre nação, Estado e sentimento nacional. Para Hobsbawm, o nacionalismo é um projeto histórico recente relacionado com a idéia de que “a ‘nação’ era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política.”³ Dessa forma, a idéia de nação aparece muito fortemente, nas primeiras décadas do século XIX, relacionada com a possibilidade de determinados grupos reivindicarem o direito a autodeterminação, ou seja, o direito de um grupo nacional específico formar um Estado independente. Assim, grupos autodefinidos como ‘nações’ teriam o direito de formar e devem formar Estados Nacionais.

Enquanto projeto político, o nacionalismo é constituído através da pressuposição da nação como dada, sendo sua base apresentada fundamentalmente como étnico-linguística.⁴ Para a produção do sentimento nacional, língua, etnia e território são naturalizados e apresentados como critério ou “princípio de nacionalidade”. Esses elementos tornam-se referentes importantes para os processos de identificação com a nação, sendo produzidos como artefatos para essa identificação pelo Estado e pelas elites.⁵

A língua está presente como elemento de união e coesão de um povo vinculado a um Estado. Através de processos de compilação, padronização, homogeneização e modernização dos diversos dialetos há a produção de uma “língua nacional”, que passa a ser utilizada de forma culta e oficial. A língua nacional torna-se o fundamento para os sistemas nacionais de educação, para a burocracia estatal nacional e para a administração da justiça.

A etnia, por sua vez, aparece como fundamento para um sentimento nacional na medida em que se constitui como um “modo prontamente definível de expressar um sentimento real de identidade grupal que liga os membros do ‘nós’, por enfatizar suas diferenças em relação aos ‘eles’.”⁶ Assim, a dimensão étnica enquanto fundamento da nação aparece nem tanto como uma decorrência

da afirmação de um grupo humano ou de uma etnia específica, mas a partir da mobilização de sentimentos coletivos e da vinculação desses sentimentos tendo como referência um território e um Estado.⁷ O território aparece como delimitação geográfica muitas vezes arbitrária, produzida a partir do Estado e oferecido como sucedâneo, nem sempre bem sucedido, ao localismo das comunidades agrícolas tradicionais⁸.

Os processos desenvolvidos a partir da língua e do território evidenciam que “os Estados e os movimentos nacionais podem mobilizar certas variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente e podem operar potencialmente, dessa forma, na escala macropolítica que se ajusta às nações e aos Estados modernos.”⁹ Isso mostra que o caráter aparentemente natural da nação é, sobretudo, uma produção do Estado: “As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas o oposto.”¹⁰

Segundo Hobsbawm, a língua oficial e o território como referentes de identificação para a formação do nacionalismo de Estado, permitem compreender a preferência na Europa em meados do século XIX do nacionalismo pelas classes média e média-baixa e, sobretudo, do nacionalismo como um projeto político de direita. O domínio de uma língua oficial, usada pela burocracia estatal e adquirida através das instituições formais de ensino possibilitava alternativas de inserção social a grupos sociais emergentes. Além disso, a associação entre território e sentimento nacional permitia aos setores médios da sociedade opor-se tanto a grupos de imigrantes que disputavam o mercado de trabalho quanto a empresários capitalistas que ameaçavam a economia local desenvolvida por comerciantes e artesãos independentes. O vínculo entre território e nacionalismo foi, em grande medida, o que permitia a grupos sociais variados oporem-se a imigrantes e estrangeiros.¹¹

Hobsbawm não circunscreve, porém, o surgimento da nação e do sentimento nacional a um fenômeno construído “pelo alto”, como ele denomina. Acontece, também, “de baixo”. Os processos de formação do sentimento nacional envolvem processos econômicos e políticos diretamente relacionados à formação do Estado-nação e à importância que esse assume na formação do capitalismo industrial, mas não apenas.¹² O autor chama a atenção para os processos de identificação coletiva popular que aparecem como fundamento do que ele denomina de “protonacionalismo popular”. Esses processos envolvem as formas supralocais de identificação popular, como a religião e os santos, a idéia de uma terra sagrada e o seu vínculo a um Estado, a linguagem e a etnia na medida em que vinculada a um território.

Gellner estabelece um vínculo entre nacionalismo, Estado e nação, situando-o historicamente e dando destaque aos elementos culturais presentes nesse processo. Para Gellner, o nacionalismo surge num momento em que as

condições sociais formam, para determinados grupos sociais, uma cultura erudita homogênea e centralizada e que abrange além das elites a população como um todo, permitindo que as pessoas voluntariamente se identifiquem com essa cultura. Quando, nessa cultura, estão presentes elementos referentes à unidade política, aí se está frente ao nacionalismo.¹³

Para Gellner, isso acontece apenas no tipo social que caracteriza como “sociedade industrial avançada”. O crescimento econômico, o uso generalizado da técnica, a universalização da educação, a homogeneização da cultura, todos esses elementos formam um tipo de sociedade na qual o Estado passa a produzir a partir do nacionalismo sua legitimação. Dessa forma, o nacionalismo é a base a partir da qual se produz a idéia da nação, sendo ele mesmo produzido a partir dos processos de uniformização cultural que tem, no Estado, o seu principal agente.¹⁴

Para Gellner, o nacionalismo é a forma pela qual acontece a relação entre o sentimento nacional e o Estado, sendo esse processo o fundamento para a formação da nação. Para o autor, dois elementos estão presentes de forma central no processo de formação nacional: cultura e vontade.¹⁵ As nações são artefatos produzidos a partir das convicções, lealdades e solidariedades do homem, e que o vinculam por reconhecimento a determinado grupo social.¹⁶ Ou seja, enquanto artefato, a produção da nação depende da vontade e da ação deliberada das pessoas. Porém, essa produção acontece a partir de referentes mobilizados no âmbito da cultura: dos valores, costumes, hábitos, língua, comuns a uma determinada coletividade. “É esse reconhecimento mútuo, enquanto membros do grupo, que os transforma numa nação.”¹⁷

Cultura e vontade, porém não apenas. Para Gellner, partir da identidade coletiva para definir o conceito de nação torna a definição muito ampla, já que essa noção poderia servir para explicar uma variedade muito grande de fenômenos, podendo incluir uma série de outros coletivos (clubes, conspirações, bandos, equipes, partidos).¹⁸ Referentes culturais nacionais e a identidade coletiva nacional adquirem sentido como formadores de uma nação a partir da idéia de unidade política. Essa idéia tem sido forjada ao longo da modernidade pelo Estado, caracterizando o que Gellner chama de a “era dos nacionalismos.”¹⁹

Gellner define, então, nacionalismo como “um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra.”²⁰ É a partir desse princípio que o autor vai entender o nacionalismo como sentimento e como movimento: “O *sentimento* nacionalista é o estado de cólera causado pela violação desse princípio [correspondência entre unidade nacional e unidade política] ou estado de satisfação causado pela sua realização. Um *movimento* nacionalista é aquele que é incitado por um sentimento deste tipo.”²¹

Na medida em que afirmado a partir de uma unidade política, o sentimento nacional relaciona-se diretamente com o Estado e com os processos históricos de sua formação. O nacionalismo é produzido a partir dos processos de inclusão e exclusão criados pelo Estado tendo por referência suas fronteiras ou a distribuição do poder que acontecem no seu interior.²² Sua criação não é, no entanto, arbitrária, contingente e artificial, na medida em que se refere aos elementos culturais da identidade coletiva. Para Gellner, a identidade nacional é uma produção moderna que tem como base uma cultura nacional padronizada, a sociedade industrial e a educação de massa.²³

A partir de uma perspectiva antropológica, Anderson parte de Gellner para pensar a nação como uma produção social e subjetiva, onde esquecimentos e invenções são processados. O autor define nação como uma comunidade política imaginada, intrinsecamente limitada e soberana.²⁴ A imaginação é tomada no sentido do processo subjetivo que implica transcender as relações presenciais típicas do aqui e agora. Ela é considerada por Anderson uma característica fundamental da comunidade nacional. Como afirma o autor: “qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo que são imaginadas.”²⁵ Dessa forma, Anderson vai se referir à nação como uma comunidade onde, muito embora as possíveis desigualdades ou explorações que possam acontecer, “é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal.”²⁶

Anderson entende a nação e os nacionalismos como produtos culturais específicos, precisando ser considerados a partir de suas origens históricas e dos seus diversos significados. Para o autor, a nação é um produto de transformações que acontecem a partir dos séculos XVII e XVIII e está relacionado ao desenvolvimento e a expansão da imprensa e do romance²⁷, o que criou novas idéias sobre simultaneidade para um conjunto amplo de “pessoas desconectadas vivendo ao mesmo tempo ao longo de espaços diferenciados.”²⁸ A origem da nação está relacionada a um processo amplo de mudanças nas sociedades tradicionais, incluindo a secularização da vida social. Nesse processo, antigas representações totalizadoras como a comunidade religiosa e os reinos dinásticos perderam gradativamente sua força, junto com uma resignificação da noção cultural de temporalidade, que abandona gradativamente a noção de unidade entre o homem, o mundo e o destino.²⁹ A secularização da vida social abriu a possibilidade para o surgimento de novas significações sociais que operassem de forma a dar unidade a determinados contingentes de pessoas. Justamente, o sentimento nacional se produz articulado a esse processo. O papel do Estado é dar a esse sentimento uma conformação política e territorial, na medida em que “desperta a imaginação nacional a dar forma territorial a

uma linguagem da vida pública.”³⁰

A nação assume, desta forma, uma dupla configuração: ela é tanto uma estrutura social (com aspectos concretos que veiculam elementos de pertencimento, como a língua, o passado codificado nos manuais escolares, os símbolos nacionais, etc.), quanto um campo para a ação de intelectuais e as elites políticas comprometidas com a construção do sentimento nacional baseado em uma identidade coletiva.³¹

O NACIONALISMO COMO PROCESSO SUBJETIVO

O nacionalismo mobiliza sentimentos de pertencimento e de reconhecimento mútuo. Dessa forma, mesmo sendo produzido a partir do Estado ele não é uma simples decorrência do Estado. As pessoas pertencem a uma mesma nação na medida em que compartilham uma mesma cultura e reconhecem este compartilhamento. O pertencer implica em um reconhecimento subjetivo desse pertencimento. É esse reconhecimento a partir da noção de si, dos outros e de um “nós”, que Smith vai denominar de identidade nacional.³² O autor considera a identidade nacional um tipo de identidade coletiva.³³ As identidades sociais de gênero, de localismo, de classe, étnicas e religiosas, todas essas, são para Smith diferentes identidades coletivas. Enquanto identidade coletiva, Smith identifica dois modelos de identidade nacional: a identidade nacional cívica e a identidade nacional ética.³⁴

A identidade nacional cívica tem alguns elementos constitutivos. Primeiro, a identidade nacional é, de certa forma, uma identidade cívica, ou seja, está relacionada a um sentimento político e a um território, com sua história e suas fronteiras. Ela está vinculada também a uma idéia de pátria, o que inclui a noção de uma comunidade de leis e instituições e de igualdade perante elas. Inclui, além disso, a idéia de compartilhamento de valores e orientações culturais gerais. Nas palavras de Smith: “Um território histórico, uma comunidade político-legal, a igualdade político-legal de seus integrantes, e uma ideologia cultural e cívica coletivas, estes são os componentes do modelo Standard ocidental da identidade nacional.”³⁵ Nesse sentido, a identidade nacional refere-se a um sentimento de comunidade da qual o indivíduo deve pertencer, mas que de alguma maneira pode escolher.

Diferente, a nacionalidade fundada na identidade étnica não permite liberdade ao indivíduo. Ela se funda na comunidade de nascimento e na cultura nativa, na língua, nos costumes e na cultura. “Os vínculos genealógicos e a presumida ascendência, a mobilização popular e as línguas, costumes e tradições vernáculas constituem os elementos de uma concepção de nação étnica (...).”³⁶

Smith destaca, porém, que em todos os nacionalismos há, efetivamente,

elementos cívicos e étnicos em diversos graus e formas, o que permite ao autor identificar as principais características da identidade nacional: “1. um território histórico, ou pátria; 2. recordações históricas e mitos coletivos; 3. uma cultura de massa pública e comum para todos; 4. direitos e deveres legais iguais para todos os membros, e; 5. uma economia unificada que permite mobilidade territorial dos membros.”³⁷

A identidade nacional é formada, então por uma multiplicidade de referentes identitários, jogando cada um, um papel em determinado momento e de determinada forma na constituição da identidade nacional, sendo esta composta e processual.

a nação recorre a elementos de outras formas de identidade coletiva que explicam não somente o modo em que a identidade nacional se funde com esses outros tipos de identidade (de classe, religiosa ou étnica), como também as permutações camaleônicas da ideologia do nacionalismo com outras ideologias, como o liberalismo, o fascismo ou o comunismo. A identidade nacional é multidimensional (...).³⁸

Além de desempenhar funções territoriais, econômicas e políticas (externas), a identidade nacional desempenha algumas funções em relação aos indivíduos e grupos sociais (internas).³⁹ As funções internas envolvem a socialização dos membros, o estabelecimento de vínculos sociais entre os indivíduos e as classes sociais e a formação de uma “personalidade coletiva e da cultura que a caracteriza.”⁴⁰ A identidade nacional se constitui assim não só é um elemento importante de auto-definição de cada indivíduo, mas o socializa vinculando-o a determinado grupo social e permitindo que ele se aproprie de determinados valores e padrões culturais.

Identidade é um conceito importante para Hobsbawm explicar o êxito da ação do Estado em formar sentimentos nacionais. É a partir dela que o autor explica, também, o surgimento das lutas separatistas baseadas no nacionalismo ético e na xenofobia, a partir do que o autor verifica como um “recuo da identidade social para a identidade grupal.”⁴¹

Para Hobsbawm, a identificação nacional constitui-se numa força política, “espécie de substrato geral da política”⁴² que é mobilizada politicamente a partir dos sentimentos coletivos. Há, então, um projeto de construção da nação e da nacionalidade. Nesse projeto, a identidade do coletivo como nação é colocada em relevo pela ação do Estado e das elites. É através da mobilização do coletivo como nação que se enlaça os sentimentos coletivos presentes nos indivíduos ou se os cria. Partindo de Hobsbawm, Verdery localiza dois níveis presentes na identidade nacional: “no sentimento do “eu” do indivíduo como nacional e na

identidade do todo coletivo em relação a outros da mesma espécie.”⁴³ Justamente, os trabalhos de Smith, Hobsbawm e Gellner evidenciam os processos de mediação entre os níveis social e coletivo dos processos identitários operados pelos sentimentos nacionais. Ou seja, as identificações do Eu a partir do grupo e a identidade de um coletivo que se constitui como grupo.⁴⁴

A literatura atual sobre identidade tem assinalado pelo menos quatro aspectos fundamentais presentes no fenômeno: a identidade como produzida socialmente; seu caráter processual e inacabado; sua multiplicidade e os processos de pertencimento e diferenciação a partir dos quais ela se constitui. Assim, ao invés de ser compreendida como algo único, acabado e permanente, a identidade é vista como sendo produzida continuamente a partir das relações sociais tendo como fundamento processos de diferenciação no qual o indivíduo, em diferentes níveis (pessoal, social e coletivo) constitui-se ao mesmo tempo como singularidade e coletividade.⁴⁵

Aqui, junto com o caráter processual e socialmente produzido da identidade, importa destacar os processos de mediação operados pela identidade nacional entre a identidade social e a identidade coletiva. A identidade social é compreendida basicamente como o sentimento subjetivo de pertencimento a grupos ou categorias sociais, ou, a “parte da identidade que é determinada pelo pertencimento de uma pessoa em grupos ou categorias.”⁴⁶ A identidade coletiva, por sua vez, é “uma definição interativa e compartilhada produzida por vários indivíduos (ou grupos, em um nível mais complexo), relacionada com a orientação da ação e com o campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação tem lugar.”⁴⁷

A identidade coletiva é, então, construída, ativada e sustentada socialmente. A operacionalização da formação da identidade coletiva se dá a partir de três processos: 1) a criação de fronteiras que diferenciam categorias de pessoas; 2) o desenvolvimento de uma consciência que presume a existência de um critério relevante para a definição da posição de uma categoria de pessoas em relação a outras; 3) a valorização de diferenças consideradas essenciais a uma categoria de pessoas através da politização do cotidiano.⁴⁸ Esses processos produzem e sustentam a identidade coletiva.

Assim, enquanto a identidade coletiva é um fenômeno coletivo, a identidade social é um fenômeno individual que acontece no âmbito social. A questão da interação entre os níveis coletivo e social da identidade diz respeito ao processo de construção a partir da identidade coletiva de significados, símbolos, interpretações que representem essa coletividade e que, a partir de processos sociais de aprendizagem e formação, são interiorizados pelos indivíduos. Tais processos produzem um alargamento da experiência do indivíduo em relação aos grupos sociais, numa manifestação onde o que seria

prevalecente seria a identidade social, antes do que a identidade coletiva, ou seja o sentimento individual de pertencimento a uma coletividade.

A identidade nacional, dessa forma, aparece como um mecanismo fundamental de produção do pertencimento coletivo a partir da construção da identidade social. Esse pertencimento é, ao mesmo tempo, produzido e vivenciado pelos indivíduos. É essa dimensão da produção social do pertencimento que historicamente pode ser evidenciada tomando-se como objeto de análise os estudos sobre a formação da nação uruguaia. É, para esses estudos, que a categoria identidade apresenta-se como uma ferramenta importante de análise.

IDENTIDADE COMO CATEGORIA EXPLICATIVA DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO NACIONAL: OS ESTUDOS SOBRE O URUGUAI

Há, no senso comum, uma idéia corrente e generalizada de que os Estados são formados a partir de fortes sentimentos preexistentes de nacionalidade. Para essa perspectiva, a nação seria não só anterior ao Estado mas condição para sua formação. O sentimento nacional serviria, nesse sentido, para mobilizar as pessoas e envolvê-las em lutas de libertação. Essa idéia esteve fortemente presente nos discursos fundacionais dos estados latinoamericanos no final do século XIX e início do século XX, sendo apresentada reiteradamente por intelectuais, políticos e formadores de opinião. Nas últimas décadas, porém, uma relevante produção acadêmica tematizando diretamente o problema da formação nacional, principalmente numa perspectiva histórica, e que tem tomado como objeto de investigação a formação nacional dos países da região do Rio do Prata⁴⁹ questiona o caráter natural e dado da nação. Para essa reconstrução, aparece como importante referência o conceito de identidade. Neste trabalho, toma-se algumas das produções de historiadores contemporâneos que têm estudado o caso da formação da nação uruguaia para aprofundar as reflexões sobre como a categoria identidade tem sido utilizada para a compreensão do sentimento nacional.

Na historiografia tradicional e na apresentação oficial, a independência e a soberania do Uruguai foram conseqüências dos valores do povo Uruguaio, descendentes dos índios Charruas, de quem herdaram a liberdade e a bravura. Acrescente-se a isso a autonomia econômica de Montevideú em relação a Buenos Aires, as particularidades geográficas, territoriais e humanas da nação uruguaia (o pampa, as fronteiras delimitadas por grandes rios, o gaúcho), os grandes feitos de heróis como Artigas e Lavalleja, os quais não só se identificavam com esses elementos, mas os transformaram em valores e lutaram

por eles, construindo o Estado uruguaio. Todos esses elementos formavam a base para uma narrativa ampla que apresentava e justificava a nação uruguaia, sua busca por autonomia, a liberdade conquistada e sua grandiosidade como Estado e nação.⁵⁰

Essa narrativa, que postulava a nação como resultado de um porvir histórico necessário e como preexistente ao Estado⁵¹, foi produzida a partir de 1870 por historiadores, escritores, poetas, artistas, políticos, periodistas, etc. preocupados que estavam em “orientalizar” o Estado a pouco estabelecido e “consolidar uma consciência nacional mediante trabalhos intelectuais e artísticos.”⁵²

Chiaromonte destaca, porém, a indefinição em que se encontrava o sentimento coletivo nos dias seguintes aos da independência dos países da região do Prata: a identidade *creolla* era anterior à independência e podia comportar uma identidade espanhola.⁵³ Porém, a partir da demarcação do território vai aparecendo a separação entre ibéricos e latinoamericanos, primeiro como identidade provincial e somente depois como identidade nacional.

Pablo Buchbinder e João Paulo Pimenta chamam a atenção para a historiografia que é produzida tendo como referência o “mito das origens”, que opera como uma forma de produção da legitimação de projetos políticos fundamentais para a formação do Estado-nação⁵⁴. O “mito das origens” é uma produção discursiva, feita pela elite cultural e política, através de diversos meios (noticiário da imprensa, literatura, monumentos, datas cívicas, etc.) e que produz uma legitimação do presente a partir de uma idealização do passado.⁵⁵ Isso implica na produção de um conjunto de tradições, fatos e heróis que desempenham um papel de coesão interna e que afirmam determinada unidade administrativa e territorial.⁵⁶

É o caso, no Uruguai, de historiadores do final do século XIX e início do século XX. Segundo Buchbinder, essa visão está presente em Francisco Bauzá, Juan Zorrilla de San Martín, Pablo Blanco de Acevedo e Juan Pivel Devoto.⁵⁷ Todos eles desenhavam em suas obras uma imagem sobre a independência do Uruguai a partir de suas origens no passado indígena. É também o caso de Alberto Zum Felde que, muito embora coloque em questão a idéia de uma independência absoluta do Uruguai, reforça a perspectiva de que a formação da nacionalidade seria decorrente da autonomia do porto de Montevideu em relação a Buenos Aires.⁵⁸

Assim, a origem indígena articula-se com a afirmação de outras particularidades e servem todas elas para tornar específico o sentimento de pertencimento à nação uruguaia: a particularidade econômica de Montevideu e sua rivalidade com Buenos Aires, a figura do gaúcho com expressão da campanha uruguaia, a especificidade territorial a partir dessas características humanas e

geográficas. O território da Banda Oriental seria naturalmente delimitado por dois grandes rios, teria uma geografia uniforme, uma atividade econômica que seria comum (a criação do gado), uma mesma cultura (o gaúcho) e todos esses elementos lhe proporcionaria uma unidade que explicaria a nacionalidade uruguaia.⁵⁹

Pimenta interpreta o processo de produção desses mitos fundadores como processo, como elaboração permanente. Esses projetos não eram nem únicos nem unânimes, convivendo, inclusive, projetos concorrentes num mesmo tempo para uma mesma formação social⁶⁰. Todos eles, porém, produzindo-se a partir de uma idéia de territorialidade, justamente o que permite identificar e distinguir o “nós” e o “outro.”⁶¹

Ana Frega analisa a inauguração da estátua equestre de Artigas construída na Praça da Independência, em Montevideu, em 28 de fevereiro de 1923.⁶² A autora evidencia o processo de construção de um mito e de um herói nacional e aponta para os esquecimentos, para aos diferentes interesses em jogo, para os significados mobilizados, para as oposições e o caráter heterogêneo de algo que parece a primeira vista quase natural. Para ela, a fronteira e as delimitações necessárias à produção da identidade são muito mais fluídas e cambiantes do que imediatamente poderia parecer.

A construção de Artigas como herói nacional revela que as identidades nacionais são construídas a partir do diverso, do não claramente limitado, das negociações e maleabilidades que se tornam necessárias ao longo do processo. A fronteira, as delimitações entre o “nós” e os “outros”, fundamentais nos processos identitários, é pensada não como algo fixo, mas como algo poroso, como lugar de trânsito.⁶³

No final do século XIX, há uma necessidade apresentada a partir da elite intelectual e política de “dotar a cidade e o país todo de lugares de identificação e de culto: praças com monumentos recordatórios de heróis e de batalhas que aludissem a ‘origem’ e a ‘essência’ da nação.”⁶⁴ Foi necessário, então, desmontar a imagem que se tinha de Artigas como um caudilho e bandoleiro, bem como o papel que desempenhou no processo anterior à independência uruguaia. O debate acerca das posturas federativistas de Artigas, fazia dele mais um opositor à centralização de Buenos Aires em relação às demais provinciais do que propriamente um independentista.⁶⁵ Com a Batalha de Tacuarembó, em 1820, se deu definitivamente a conquista portuguesa na Província Oriental. Artigas se exilou no Paraguai. Em 1825 aconteceu o desembarque no Uruguai, vindos da Argentina, dos Trinta e Três Orientais, liderados por Lavalleja, que após os combates de Rincón, Sarandí e Ituzaingó obtém do governo brasileiro (Tratado do Rio de Janeiro, de 1828) o reconhecimento da independência do Uruguai. Artigas não retorna. Décadas

depois, a nação, como unidade, precisará ser afirmada, independente das disputas entre Blancos e Colorados, partidos que se formaram depois da independência. Juan Zorrilla de San Martín, na obra *La Epopeya de Artigas*, escrita entre 1907 e 1909 apresenta Artigas como um herói de toda a nação. A estátua monumental na Praça da Liberdade é produzida como ícone da nação já segura de si.⁶⁶

Nesse processo de formação da identidade nacional, Artigas, mesmo que de forma múltipla e muitas vezes contraditória, presta-se ao papel de herói nacional.⁶⁷ Assim, Artigas passou a ser colocado como um herói fundador que estava acima das disputas políticas do Uruguai nos momentos após sua constituição como Estado.

Ana Frega identifica, no entanto, que o apelo nacionalista de Artigas, muito embora hegemônico, não era unânime.⁶⁸ Partidos e intelectuais comunistas e socialistas denunciavam o culto nacionalista como uma forma de dominação social e de dificultar a organização das classes populares.

Apesar de tudo isso, porém, a fixação da imagem de Artigas no espaço público, o que implicou em fixar também seu caráter, seus valores, sua glória, permitiu dotar ao Estado já constituído um “referente de coesão, de uma identidade aglutinante, de uma nacionalidade.”⁶⁹ A identidade nacional vai, então, sendo produzida através de processos formadores de unidade (o que implica em identificar como comuns determinados elementos sendo isso feito para um tempo indefinido, para todas as classes e em todas as regiões) e de exclusividade (tais elementos, em conjunto, servem para distinguir determinada comunidade das demais comunidades nacionais).⁷⁰

Susana Bleil de Souza faz um exame da pintura e da literatura no processo de construção da identidade nacional uruguaia.⁷¹ A autora se detém no quadro “O Juramento dos Trinta e Três Orientais”, do pintor uruguaio J. M. Blanes e nos romances históricos de Acevedo Díaz.⁷² Para a autora, o que está em questão é evidenciar como, a partir de parte das elites intelectuais e políticos, trabalhos artísticos e culturais eram utilizados na formação e consolidação de uma identidade nacional.

O quadro “O Juramento dos Trinta e Três Orientais”, de J. M. Blanes, constitui-se em um “emblema político de um momento fundacional”⁷³, assinalando o início das lutas contra o domínio do Império do Brasil e resgatando o papel do artiguismo naquele processo. Juan Antonio Lavalleja segurando a bandeira artiguista, rodeado por Manuel Oribe e seus companheiros, logo após desembarcarem na Praia da Agraciada, perto de Montevideu, evidenciam numa composição monumental a bravura e a disposição de luta que irão produzir a conquista da liberdade. O quadro foi especialmente produzido como narração, um esquema explicativo de um momento fundador e que serve para produzir uma identificação com um passado histórico.⁷⁴ Essa narração passa por cima

de possíveis divergências históricas – o desembargue dos trinta e três orientais teria tido, antes, o propósito de reintegração às Províncias Unidas do Rio da Prata⁷⁵ - e busca, sobretudo, a legitimação de um projeto político para ao futuro.⁷⁶ A construção da identidade nacional se dá, então, em grande parte, pela apropriação dinâmica de elementos históricos buscando produzir identificações de pertencimento a uma comunidade soberana e autônoma. Caberia, então, a uma elite nacional a produção de um imaginário social capaz de criar uma identidade coletiva a partir de referências históricas.⁷⁷

Segundo Susana Bleil de Souza, Acevedo Díaz, ao mostrar em suas obras literárias a luta de libertação contra o Império do Brasil, procurava constituir sentimentos de nacionalidade: “(em *Ismael*) o autor pretendia reconstruir o processo histórico de libertação da província e, principalmente, almejava comunicar a idéia de que já existia um sentimento nacional que estava sendo oprimido pelo Império.”⁷⁸ Em seu conjunto, a obra literária de Acevedo Díaz tinha claramente suas funções definidas: “recuperar e reavivar o passado mais eficazmente do que faz a história” e, “em um esforço didático, revelar o caráter da nacionalidade oriental.”⁷⁹

Tanto J. M. Blanes quanto Acevedo Díaz tornam, dessa forma, possível construir um espaço imaginário através do qual processos de identificação passam a ser produzidos, tendo como referências fatos e atos heróicos, e que serviam fundamentalmente para se produzir sentimentos de unidade, um “nós”. Assim, “inventa-se o começo da memória nacional unida ao esforço inaugural da idéia de se construir uma nação.”⁸⁰

CONCLUSÕES: A CATEGORIA IDENTIDADE A PARTIR DE ALGUNS COMPONENTES DERIVADOS DOS ESTUDOS SOBRE A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL URUGUAIA

Os diversos autores abordados (Pablo Buchbinder, Paulo Pimenta, Ana Frega, Susana Bleil de Souza) trazem elementos que colocam em destaque os processos relacionados com a formação da identidade nacional. Eles evidenciam não apenas uma apropriação da categoria identidade como recurso analítico mas a construção dos aspectos constitutivos desse conceito a partir da análise de processos históricos específicos (no caso tratado pelos autores: o da formação da nacionalidade uruguaia).

Os discursos fundacionais que postulavam a nação como resultado de um porvir histórico necessário e preexistente ao Estado, o que se tem denominado de “mito das origens” evidenciam a legitimação de projetos políticos baseados na afirmação da nação e que, enquanto construções discursivas,

produzem uma justificação do presente tendo como referência uma idealização do passado. A identidade é uma representação que o ator, individual ou coletivo, realiza sobre si e que orienta sua ação. Enquanto representação, a identidade funda-se nos elementos simbólicos discursivamente elaborados e que servem de matriz para a construção de significados que serão subjetivamente apropriados.⁸¹ Essa representação está relacionada com as possibilidades de se produzir sentimentos de continuidade ao longo do tempo.⁸² Os textos de Pablo Buchbinder e Paulo Pimenta colocam em destaque os elementos de identificação que temporalmente representam essa continuidade: o “mito de origem”. Seria bastante instigante contrapor a essas identidades originárias, textos como o “!Bernabé, Bernabé!”, de Tomás de Mattos.⁸³ Trata-se de um livro de literatura histórica, que narra o extermínio dos índios charruas como uma necessidade para a formação dos campos de pecuária do Uruguai. Paradoxalmente, os processos identitários revelam isso: a identidade possui a finalidade de produzir a continuidade do sujeito ao longo do tempo. Mas, esse tempo, ao carregar consigo a dinâmica própria dos processos sociais, apresenta as contradições dessa identidade, fazendo-a se transformar continuamente.

Evidenciam-se, assim, os aspectos dinâmicos envolvidos nos processos de formação identitária. Enquanto representação, e como decorrência da variedade de agentes envolvidos, diversas identidades são colocadas em disputa, podendo algumas se destacar em determinados momentos, ou ser revistas em outros. As delimitações são cambiantes, não apenas em relação às fronteiras, como muito bem aponta Frega, mas também ao longo do tempo.

Os elementos de formação da identidade são, também, múltiplos, o que exige a preponderância de determinadas identidades em relação a outras possíveis e uma elaboração a partir dessa multiplicidade, formando a base para uma narrativa ampla e unificadora. A rivalidade econômica de Montevideu com Buenos Aires, o gaúcho, a campanha uruguaia, a criação do gado, a delimitação por grandes rios, todos esses elementos são unificados através de um sentimento comum: o “uruguaio”. Isso implica na produção de uma coesão dos elementos que apresentam às pessoas a idéia de uma nação uruguaia. Artigas será um “referente de coesão”⁸⁴ a partir da eliminação de qualquer interpretação heterogênea possível. J. M. Blanes e Acevedo Díaz serão autores desses processos de formação da unidade: Lavalleja foi pintado segurando a bandeira artiguista, tendo ao seu lado Oribe. A narração passa por cima de possíveis divergências históricas produzindo identificações de pertencimento a uma comunidade soberana.⁸⁵ Assim, subjetivamente, determinadas identidades aparecem como salientes frente a outras, podendo ser então coletivamente compartilhadas. Saliência identitária é entendida como a probabilidade, para um indivíduo, de uma identidade aparecer em destaque como um esquema

cognitivo em uma variedade de situações em função de suas propriedades.⁸⁶ Determinadas identidades salientes em determinados momentos produzem convergência identitária. A convergência identitária envolve a busca de reconhecimento e pertencimento entre pessoas com já alguma afinidade identitária a partir de identidades salientes.⁸⁷ Produzem-se assim os processos de alinhamento entre as identidades pessoais e coletivas. Dessa forma, os indivíduos envolvidos em processos sociais de formação de uma identidade coletiva (a identidade nacional) tornam consistentes os significados e os valores coletivamente afirmados em relação ao auto-conceito e aos valores pessoais. A saliência e a convergência identitárias estão relacionadas com o processo mais amplo de coesão social, fundamental para a produção da identidade nacional.

Além da temporalidade e dos processos de saliência e convergência identitária, é possível identificar os agentes e os meios produtores dos processos a partir dos quais uma identidade coletiva é afirmada e a identidade social é produzida. Os artefatos acadêmicos (ensaios históricos) e artísticos (quadros e esculturas monumentais), produzidos pela elite artística, cultural e política, evidenciam as posições sociais e os hábitos a partir dos quais são elaboradas as representações produtoras de identidade.⁸⁸ Tais representações constituem-se a partir da apropriação de elementos históricos e veiculam significados, concepções e valores, produzindo através de uma “invenção da memória” processos de auto-identificação e de identificação coletiva.⁸⁹

A continuidade dinâmica ao longo do tempo, o que implica contradições e redefinições permanentes; a variedade de agentes a produzir uma narrativa ampla e unificadora, que a cada momento encontra nessa mesma variedade os elementos de suas contradições; os processos de saliência e convergência identitária, sempre em curso e que permitem alinhamentos entre as identidades pessoais e as identidades coletivas; todos esses elementos compõem a categoria identidade e podem ser evidenciados a partir dos estudos tratados neste trabalho sobre a formação da identidade nacional Uruguai. Todos esses elementos evidenciam um campo de análise a ser aprofundado e que este trabalho apenas aponta: a relação entre os estudos sobre a categoria identidade a partir da psicologia social e da teoria dos movimentos sociais e aqueles sobre nação e nacionalismo, particularmente os que tomam processos concretos como objeto de análise.

NOTAS

- ¹ GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismos*. Lisboa: Gradiva, 1993. p. 19.
- ² GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismos*. Lisboa: Gradiva, 1993; ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 ; HOBSBAWM, Eric. 2. ed. *Nações e nacionalismos desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998; HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. SMITH, Anthony D. *La identidad nacional*. Madri: Trama Editorial, 1997.
- ³ HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1780: Programa, mito e realidade*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- ⁴ HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1780: Programa, mito e realidade*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 68.
- ⁵ HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios. 1875-1814*. 12. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2008. p. 208.
- ⁶ HOBSBAWM, E. J. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAM, G. (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- ⁷ Hobsbawm evidencia que a origem étnica não é suficiente para a formação de sentimentos nacionais, muito embora muitas vezes esses sentimentos sejam justificados através dessa origem étnica. Os judeus viveram séculos sem a aspiração por um Estado político judeu até que em finais do século XIX se inventou um nacionalismo judeu por analogia ao nacionalismo ocidental. A relação entre etnia e sentimento nacional é sobretudo *negativa*: serve para definir o “outro”, o estrangeiro. HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: Programa, mito e realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 65 e p. 81.
- ⁸ HOBSBAWM, E. J. *Era dos Impérios. 1875-1814*. 12. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2008. p. 210. Hobsbawm evidencia, no entanto, problemas em uma identificação da nação a partir de um território geográfico exclusivo, tanto para os países com grande número de migrantes quanto para populações que se definem a partir de características culturais ou étnicas, como os Judeus. Tais dificuldades torna ainda mais forte a necessidade do Estado “fazer” a nação (HOBSBAWM, E. J. Op. Cit. p. 212).
- ⁹ HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1780: Programa, mito e realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 63.
- ¹⁰ HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1780: Programa, mito e realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 19.
- ¹¹ Hobsbawm (*Era dos Impérios: 1875-1814*. São Paulo, Paz e Terra, 2008. 12. ed. p. 225) utiliza a xenofobia e, em particular, o anti-semitismo como exemplos de uma reação nacionalista a partir do território.
- ¹² Hobsbawm recusa uma explicação sobre os processos de formação nacional a partir de uma dimensão única. Porém, mesmo considerando os aspectos culturais e subjetivos presentes no processo, o autor destaca a importância do Estado-nação e de seus arranjos políticos e econômicos na formação do nacionalismo e do sentimento nacional, de tal forma que, para o autor, “as nações

e seus fenômenos associados devem ser estudados analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências”(HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Programa, mito e realidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 19. Sem itálico no original).

¹³ GELLNER, E. *Nações e nacionalismos*. Lisboa: Gradiva, 1993.

¹⁴ GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos na nação e da classe. In: BALAKRISHNAM, G. (org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 114.

¹⁵ GELLNER, E. Op. Cit. p. 85.

¹⁶ GELLNER, E. Op. Cit. p. 19.

¹⁷ GELLNER, E. Op. Cit. p. 20.

¹⁸ GELLNER, E. Op. Cit. p. 87.

¹⁹ GELLNER, E. Op. Cit.

²⁰ GELLNER, E. Op. Cit. p. 11.

²¹ GELLNER, E. Op. Cit. p. 11. Grifos no original. Colchetes do autor.

²² GELLNER, E. Op. Cit. p. 16.

²³ BREUILLY, J. Abordagens do Nacionalismo. In: BALAKRISHNAM, G. (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 170.

²⁴ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 32.

²⁵ ANDERSON, B. Op. Cit. p. 33.

²⁶ ANDERSON, B. Op. Cit. p. 34.

²⁷ ANDERSON, B. Op. Cit. p. 30.

²⁸ FINLAYSON, Alan. Imagined Communities. In: NASH, Kate; SCOTT, Alan. *The Blackwell Companion to Political Sociology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p. 283. (Essa, e outras citações e referências que no original estão em língua estrangeira, foram livremente traduzidas pelo autor).

²⁹ ANDERSON, B. Op. Cit. p. 68-78.

³⁰ BALAKRISHNAM, G. *A Imaginação Nacional*. In: BALAKRISHNAM, G. (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

³¹ BREUILLY, J. Abordagens do Nacionalismo. In: BALAKRISHNAM, G. (org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 159.

³² SMITH, Anthony D. *La Identidad Nacional*. Madri: Trama Editorial, 1997.

³³ SMITH, Op. Cit. p. 3, parece não fazer uma distinção entre identidade social e identidade coletiva. Neste trabalho, opta-se por uma definição mais restrita desses conceitos. Assim, identidade social é tomada como “parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, justamente com o significado emocional e de valor associado à aquela pertença” (TAJFEL, Henri. *Grupos Humanos e Categorias Sociais. Estudos em psicologia social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. p. 290). Identidade coletiva, por sua vez, como crenças compartilhadas sobre pertencimento, limites e atividades dos atores coletivos (MELUCCI, Alberto.

Challenging Codes: Collective Action in the Information Age. Cambridge: University Press, 1996.). A identidade coletiva pressupõe, então, não apenas o reconhecimento do pertencimento a uma categoria social, mas a percepção de se constituir como sujeito coletivo em relação à essa categoria social.

³⁴ SMITH, A. Op. Cit.

³⁵ SMITH, A. Op. Cit. p. 10.

³⁶ SMITH, A. Op. Cit. p. 11.

³⁷ SMITH, A. Op. Cit. p. 12.

³⁸ SMITH, A. Op. Cit. p. 13.

³⁹ SMITH, A. Op. Cit. p. 14.

⁴⁰ SMITH, A. Op. Cit. p. 15.

⁴¹ HOBSBAWM, E. J. Etnia e Nacionalismo na Europa de Hoje. In: BALAKRISHNAM, G. (org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 277.

⁴² HOBSBAWM, E. J. *Era dos Impérios. 1875-1814*. 12. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2008. p. 205.

⁴³ VERDERY, K. Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”? In: BALAKRISHNAM, G. (org) *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 242.

⁴⁴ Para as diferenciações entre grupo e coletivo adotadas neste trabalho, ver Sartre, J. P. *Crítica da Razão Dialética*. Tomo I: Teoria dos Conjuntos Práticos. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. Livro II, parte A.

⁴⁵ BERGER P; LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. 13 ed. Petrópolis: Vozes: 1996. BREWER, M. The Many Faces of Social Identity: implications for political psychology. *Political Psychology*. Vol. 22. N. 1. 2001. pp. 115-125. OWENS, T.; ROBINSON, D. T.; SMITH-LOVIN, L. Three Faces of Identity. *Annual Review of Sociology*. N. 36. 2010. p. 477-99.

⁴⁶ KLANDERMANS, B. WEERD, M. Group identification and political protest. In: Stryker, S. Owens, T. White, R. *Self, Identity and Social Movements*. Minnesota: University of Minnesota Press: 2000, p. 68.

⁴⁷ KLANDERMANS, B. WEERD, M. Op. Cit. p. 69.

⁴⁸ KLANDERMANS, B. WEERD, M. Op. Cit. p. 70.

⁴⁹ CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. *Anos 90*. Porto Alegre. Vol. 1; N. 1.; maio de 1993 (PPG em História da UFRGS). p. 49 a 83; BUCHBINDER, Pablo. La Historiografía rioplatense y o problema de las orígenes de la nación. *Cuadernos del CLAEH*. N. 69. Montevidéo, série 2, año 19. 1994/1; FREGA, Ana. La Construcción Monumental de un Héroe. *Humanas*. Porto Alegre. V. 18. N. 1/2. Pg. 121-149. Jan/Dez. 1995; GUERRA, François-Xavier. Nação na América espanhola: a questão das origens. *Revista Maracanan*. Ano I. N. 1. 1999/2000; PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação no Fim dos Impérios no Prata: 1808-1828*. São Paulo: HUCITEC; FAPESP: 2002; SOUZA, Susana Bleil de. O pincel e a pena na construção da nação: pintando e narrando o mito político fundacional. *Cahiers Alhim*. N. 15. 1, 2008. Pgs. 163-185. HEUGUEROT, Cristina. Uruguay: Identidad y nación en construcción. *Estudios Ibero-Americanos*. Porto Alegre. V. 33, N. 3, p. 76-89. Dezembro 2007.

- ⁵⁰ BUCHBINDER, P. Op. Cit. p. 35.
- ⁵¹ CHIARAMONTE, J. C. Op. Cit. p. 50; PIMENTA, J. P. Op. Cit. p. 36; SOUZA, S. B. Op. Cit. p. 169.
- ⁵² SOUZA, S. B. Op. Cit. p. 165.
- ⁵³ CHIARAMONTE, J. C. Op. Cit. p. 51.
- ⁵⁴ BUCHBINDER, P. Op. Cit. e PIMENTA, J. P. Op. Cit.
- ⁵⁵ PIMENTA, J. P. Op. Cit. p. 31.
- ⁵⁶ PIMENTA, J. P. Op. Cit. p. 31.
- ⁵⁷ BUCHBINDER, P. Op. Cit. p. 35.
- ⁵⁸ PIMENTA, J. P. Op. Cit. p. 42.
- ⁵⁹ PIMENTA, J. P. Op. Cit. p. 37.
- ⁶⁰ PIMENTA, J. P. Op. Cit. p. 32.
- ⁶¹ PIMENTA, J. P. Op. Cit. p. 32.
- ⁶² FREGA, Op. Cit.
- ⁶³ FREGA, Op. Cit. p. 123.
- ⁶⁴ FREGA, Op. Cit. p. 125.
- ⁶⁵ BUCHBINDER, Op. Cit. p. 38, chama a atenção para a revisão que Real de Azua faz da historiografia uruguaia clássica e para o fenômeno que denomina de *tese independentista clássica*, destacando, inclusive que Artigas “nunca havia preconizado a independência absoluta da banda oriental e jamais havia se sentido completamente desligado da comunidade Argentina”.
- ⁶⁶ FREGA, Op. Cit.
- ⁶⁷ FREGA, Op. Cit. p. 124.
- ⁶⁸ FREGA, Op. Cit. p. 137.
- ⁶⁹ FREGA, Op. Cit. p. 143.
- ⁷⁰ PALTÍ, Elías. Apéndice: Los relatos de la nacionalidad em América Latina: acerca de la construcción política de la nación. In: PALTÍ, Elías. *La Nación como problema. Los historiadores y la “questión nacional”*. Buenos Aires: FCE, 2002, p. 132.
- ⁷¹ SOUZA, S. B. Op. Cit.
- ⁷² SOUZA, S. B. Op. Cit. p. 179 faz referência às obras *Ismael, Nativa, Grito de Glória e Lança e Sabre*, publicadas entre 1881 e 1914.
- ⁷³ SOUZA, S. B. Op. Cit. p. 164.
- ⁷⁴ SOUZA, S. B. Op. Cit. p. 171.
- ⁷⁵ BUCHBINDER, P. Op. Cit. p. 38.
- ⁷⁶ SOUZA, S. B. Op. Cit. p. 168.
- ⁷⁷ SOUZA, S. B. Op. Cit. p. 167.

⁷⁸ SOUZA, S. B. Op. Cit. p. 181.

⁷⁹ SOUZA, S. B. Op. Cit. p. 180. .

⁸⁰ SOUZA, S. B. Op. Cit. p. 182

⁸¹ MELUCCI, A. Op. Cit.

⁸² MELUCCI, Alberto. O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004.

⁸³ MATTOS, Tomás de. *Bernabé, Bernabé!* 2. ed. Montevideu: Alfaguara, 2008. p. 95.

⁸⁴ FREGA, Op. Cit.

⁸⁵ SOUZA, S. B. Op. Cit.

⁸⁶ STRYKER, Sheldon. Identity competition: key to differential social movement participation. In: STRYKER, Sheldon; OWENS, Timothy J.; WHITE, Robert. *Self, Identity, and Social Movements*. Minnesota: University of Minnesota Press: 2000. p. 34.

⁸⁷ SNOW, David; Mc ADAM, Doug. Identity work process in the context of social movements: clarifying the identity/movement nexus. In: STRYKER, Sheldon; OWENS, Timothy J.; WHITE, Robert. *Self, Identity, and Social Movements*. Minnesota: University of Minnesota Press: 2000. p. 53.

⁸⁸ BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. p. 105.

⁸⁹ SOUZA, S. B. Op. Cit. p. 182.